



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2011

(DA Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de uma audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de discutir sobre: O Novo Marco Legal que possa Assegurar os Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em locais de Execução das Grandes Obras.

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir sobre um novo Marco Legal que possa assegurar os Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em locais de grandes obras.

Solicito que sejam convidadas para debater essa questão, entre outras autoridades e pessoas interessadas na temática, cujos nomes serão encaminhados a esta Comissão posteriormente, representantes da Promotoria da Infância e Juventude de Rondônia, representantes dos Conselhos Tutelares, representantes do BNDES, o Ministério do Planejamento, membros do CONANDA, as Empresas responsáveis pelas execuções das grandes obras, a Secretaria de Direitos Humanos, o Comitê Nacional de enfrentamento a Exploração Sexual de crianças e Adolescentes e demais representantes da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA

Nos dias 21 e 22 de agosto, estive realizando uma diligência em Rondônia, com a finalidade de conhecer os impactos sociais gerados nos locais das construções realizadas pelo PAC. A primeira visita foi realizada na Usina Hidrelétrica de Jirau, em construção no Rio Madeira, a 150 km de Porto Velho. Atualmente, no local constam 15.000 trabalhadores nos canteiros da obra, anteriormente, nas primeiras etapas da obra o número oficial era de 25.000 trabalhadores.

A Obra é financiada pelo BNDES, e executada pelo Consórcio ESBR- Energia Sustentável do Brasil, formado pelas empresas Suez Energy, Eletrosul, Chesf e Camargo Corrêa. A Usina, juntamente com a de Santo Antônio (RO), são consideradas fundamentais para o suprimento de energia elétrica no Brasil, além de serem consideradas as mais importantes do PAC.

Com a visita foi possível colher os depoimentos dos operários e verificar as condições de trabalho e dos alojamentos em que vivem. Como conhecer a Vila de Nova Mutum Paraná, construída para abrigar os moradores do Distrito, que foram desalojados devido a construção da usina e de alguns trabalhadores da obra (em sua maioria encarregados e engenheiros), como também conhecer a emblemática comunidade de Jaci-Paraná.

Historicamente, as grandes obras de infra-estrutura contribuem para o aumento de exploração sexual de crianças e adolescentes nas regiões onde se instalam os canteiros. Primeiro se instalam os canteiros de obras. Milhares de trabalhadores, de toda parte do País, chegam logo em seguida em busca de renda, sem família, sem qualquer vínculo afetivo ou social com a comunidade local. Depois, pouco a pouco vai se formando uma rede de serviços para atender a nova demanda: pequenos bares, restaurantes e “boates”.

Geralmente uma estrutura de lazer precária e temporária, distante dos grandes centros urbanos e, principalmente, da presença do Estado.

Atualmente, segundo os dados da OIT- Organização Internacional do Trabalho o estado de Rondônia está em 1º lugar no ranking nacional sobre trabalho infantil, na faixa etária de 5 a 9 anos, e em 2º lugar de 5 a 14 anos, o trabalho infantil é a violação inicial para a exploração sexual, que é a pior forma de trabalho que crianças e adolescentes possam ser sujeitos. Com as obras, a população de Porto Velho cresceu 12,5%, os estupros cresceram 76,5%, segundo dados obtidos pela pesquisa apresentada pela Folha de São Paulo. Desta forma, constatasse a ausência de equipamentos públicos nestes locais e a falta de políticas de enfrentamento as violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Essa problemática foi discutida no seminário realizado no dia 22, que discutiu “O Impacto das Grandes Obras e a Violação de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Desafios para Prevenção da Violência Sexual” que contou com a participação de representantes das três esferas do governo, bem como representantes da sociedade civil organizada.

O Encontro contou com a participação da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Governador de Rondônia, Confúcio Moura, membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes, o Ministério Público, Conselheiros Tutelares, e da sociedade civil.

Durante o seminário foi elaborada a ***Carta de Porto Velho***, a primeira exigência é que seja inserido no marco legal para licenciamento e financiamento destas obras, medidas condicionantes e cláusulas sociais que assegurem os direitos das comunidades locais, especialmente de crianças e adolescentes, durante o processo de instalação e operação do empreendimento; transparência da destinação de recursos, tanto por parte dos órgãos públicos, quanto do setor empresarial, assegurando a participação popular; e a ampliação da rede de serviços públicos com a antecedência necessária para o aumento populacional previsto, entre outras exigências.

A ***Carta de Porto Velho*** possibilitará uma discussão sobre os impactos sociais desses grandes empreendimentos, além de servir como parâmetro para evitar novos desastres sociais, como o que está sendo vivenciado no distrito de Jaci-Paraná.

Estarei entregando uma solicitação de uma audiência pública, para realizarmos essa discussão aqui na Câmara Federal, estendendo a discussão para a instalação do próximo canteiro que será instalado para construção da hidrelétrica de Belo Monte com a expectativa de 100.000,00 operários.

Diante do exposto, formulo este presente Requerimento, esperando contar com o apoio para a sua aprovação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY
(PT-DF)

